



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 038

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

SESSÃO 038.....	02
Lista de presenças.....	02
Expediente:	
Requerimentos	02
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	03
Discussão / Votação	04
Redação Final.....	04
1ª Discussão.....	04/12
Discussão Única (Proposições) ..	07
2ª Discussão	13
Redação Final.....	11
Discussão Única (Indicações) ...	13
Requerimentos	13
Ordem do Dia da próxima Sessão.....	14

038ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2005

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariada pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra.
Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a
presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão,
Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês,
Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni
Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton
Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Ani-
belli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto,

Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico
Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobran-
dino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton
Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José
Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana
Rafagnin, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro
Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia,
Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho,
Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44).
Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados:
Ademar Traiano, Elza Correia, Jocelito Canto, Luiz
Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva
Litro, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Plauto Miró Gui-
marães e Ratinho Júnior (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Pre-
sidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-
lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1250

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso
de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,
respeitosamente REQUEREM preferência de votação do
item 09 da autoria de Deputada Elza Correia, da Sessão
02 do dia 04.05.2005.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(aa) AILTON ARAÚJO

PASTOR EDSON PRACZYK

ARTAGÃO JÚNIOR

Apoiamento:

Chico Noroeste, Waldir Leite e Renato Gaúcho

REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas
atribuições legais e regimentais REQUER preferência de
votação para o item 07 da presente Sessão - Redação
Final do Projeto de Lei nº 114/2005 - que autoriza trans-
ferência de recursos provenientes do superávit financeiro
do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para

o orçamento próprio do Departamento de Estradas e Rodagem - DER.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa da Redação Final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1252

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER votação em bloco dos Itens 01, 02 e 03 da Ordem do Dia da presente Sessão (Proposições de Veto: 002, 026 e 032/2005 respectivamente)

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1253

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão, o Item 09 - Projeto de Lei nº 333/2003, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual, por duas Sessões.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1254

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão, o Item 04 - Proposição de Veto nº 035/2005.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Há pouco anunciei aqui o aniversário do nosso amigo Abib Miguel. E neste momento gostaria de anunciar que um Exmo. Prefeito do interior do Paraná, que se elegeu Deputado por um Município pequeno e um ex-Prefeito humilde, que hoje é Presidente desta Casa, também vai fazer aniversário amanhã.

E como amanhã não tem Sessão, vamos agora homenageá-lo e bater palmas de um feliz parabéns a você pelo seu aniversário.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Muito obrigado.

Marcarei a recepção para um dia oportuno, em que todos nós, Parlamentares, possamos comemorar juntos.

Por isso apresentei hoje um projeto de lei que declara de Utilidade Pública - a pedido da Dra. Zilda Arns - a Pastoral do Idoso, porque já considero-me um cidadão idoso.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 1251, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Item 07, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1250, de autoria dos Deputados Ailton Araújo, Pastor Edson Praczyk e Artagão Júnior, com apoio dos Deputados Renato Gaúcho, Chico Noroeste e Waldir Leite, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Item 09 da Ordem do Dia da presente Sessão. Em votação.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

O Item 09 é um projeto da Deputada Elza Correia e ela não encontra-se no plenário.

Gostaria de contar com a nobre Colega. Acredito que ela gostaria de fazer uma defesa a esse projeto. Então, pediria que fosse retirado da pauta, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ele já foi retirado da pauta, anteriormente, por cinco Sessões.

Regimentalmente, apesar de termos aqui um requerimento do Deputado Dobrandino, se for aprovado esse pedido de preferência dos Deputados Ailton, do Pastor Edson e do Deputado Artagão, devidamente apoiado pelos demais Srs. Deputados, automaticamente está prejudicado o requerimento do Deputado Dobrandino.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Então voto contra o pedido de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento do Pastor Ailton, Pastor Edson e Deputado Artagão. **Aprovado.**

O primeiro item a ser votado é o Item 07.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. registrasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A aprovação do requerimento? Fica registrado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero registrar voto contrário também, porque acho que a Deputada Elza tem direito de defender o seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está votando favoravelmente ao requerimento ou votando contra?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Votando contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o seu voto.

Deputado Dobrandino com a palavra.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Quais os requerimentos que foram votados, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já votamos dois requerimentos: a votação do Deputado Antonio Martins Anibelli, prioridade para o Item 07. O segundo, prioridade para o Item 09.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento de autoria do Deputado Antonio Anibelli, acima aprovado, está em votação o Item 07.

Redação Final

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2005, que autoriza a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 114/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a transferência de recursos provenientes do Superávit Financeiro do Departamento

de Trânsito do Paraná - DETRAN, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2004, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para o Orçamento Próprio do Departamento de Estrada de Rodagem - DER.

Art. 2º Em decorrência do contido no artigo 1º, desta lei, os valores do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do DETRAN no exercício de 2004, transferidos para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 3º Os recursos de que trata o artigo 1º desta lei, deverão ser utilizados na melhoria de rodovias, quer seja na construção, restauração, recuperação ou conservação, ficando vedada a sua utilização nas estradas pedagiadas ou naquelas em que haja ou esteja sendo feito estudos para implantação do pedágio.

Art. 4º Serão destinados recursos necessários a construção da pavimentação definitiva do acesso da Sede Municipal de Quatro Pontes, começando na Avenida Presidente Epitácio, saída do Município de Marechal Cândido Rondon, ao encontro da PR-163 (Rodovia Toledo a Marechal Cândido Rondon via Dois Irmãos - até o Posto da Polícia Rodoviária Estadual de Quatro Pontes - em construção).

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento, bem como alterar o Anexo de Obras, necessários à implementação da presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.05.2005

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/2003, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH E CONTRÁRIO DA SP. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 047/2003, de 10/06/2003.**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI Nºs 333/2003 e 355/2003

P A R E C E R

Histórico

O Projeto de Lei nº 333/2003, de autoria da Deputada Elza Correia, dispõe sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. O Projeto de Lei nº 355/2003, de autoria do Deputado Marcos Isfer, estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual e dá outras providências.

Fundamentação

Os projetos não podem tramitar por esta Casa de Leis por estarem em desacordo com a Constituição Federal.

A Constituição Federal efetivamente proíbe em seu artigo 5º qualquer discriminação entre seus cidadãos, inclusive em virtude da orientação sexual.

Também é de conhecimento de todos o grande problema social enfrentado pelos homossexuais em seu dia-a-dia, tendo em vista a discriminação existente de todos os setores da sociedade contra eles, em virtude da sua preferência sexual. Diante deste quadro, justa é a preocupação dos nobres Pares em coibir tal situação, porém, a Assembléia não tem competência para legislar sobre a matéria.

Ambos os projetos criam penalidades para aqueles que discriminem pessoas em virtude da sua orientação sexual.

Todavia, os Estados somente podem criar penalidades para as situações e matérias sobre as quais podem legislar. Desta forma, o Estado pode criar penalidades para os seus servidores, para seus contribuintes, mas não para seus cidadãos em virtude da sua conduta.

Esta prerrogativa é exclusiva da União, somente esta pode criar penalidades pela conduta de seus cidadãos, devendo tal legislação ser uniforme em todo o território nacional.

O direito que regula a conduta das pessoas a fim de obter a pacificação social e a manutenção da ordem é o Direito Penal.

Com efeito, de acordo com a Constituição Federal em seu artigo 22, inciso I, somente a União pode legislar sobre Direito Penal, aos Estados não cabe sequer legislar sobre tal matéria de forma suplementar.

A União inclusive já editou duas leis que coíbem a discriminação de pessoas em virtude de características pessoais.

A primeira é a lei que define crime de discriminação de deficiente físico - Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

A segunda é a lei que coíbe o preconceito em virtude da raça ou da cor - Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989.

Desta forma, cabe a União legislar sobre a matéria, não havendo meios legais para que o Estado regule estas situações.

Conclusão

Pelo exposto, opino pela aprovação do substitutivo geral, em anexo, este é o parecer, salvo melhor juízo da douta Comissão de Justiça.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AOS PROJETOS DE LEI Nºs 333 E 355/2003

Art. 1º - Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra pessoas em virtude de sua orientação sexual.

Parágrafo Único - São passíveis de punição os estabelecimentos privados, com ou sem fins lucrativos, e os detentores de função pública, civil ou militar, que atentarem contra o disposto nesta lei, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios, para os efeitos desta lei:

I - praticar qualquer tipo de ação ou omissão violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares.

Art. 3º - As penalidades aplicáveis aos atos discriminatórios a que se refere esta lei são as seguintes:

I - advertência;

II - suspensão da licença estadual para funcionamento;

III - cassação da licença estadual para funcionamento;

IV - multa.

§ 1º - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade do ato discriminatório, consiste no pagamento dos valores correspondentes a no mínimo 1.000 e no máximo 10.000 Fatores de Correção e Atualização (FCA) ou outro indexador que venha a substituí-lo, e será revertida para o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná.

§ 2º - Os valores das multas poderão ser elevados em até 10 (dez) vezes quando verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas.

Art. 4º - O Poder Executivo deverá manter setor

especializado para receber as denúncias e instaurar o processo administrativo para apuração e imposição das penalidades cabíveis.

Art. 5º - O infrator, quando agente do Poder Público, terá sua conduta apurada por meio de processo disciplinar instaurado pelo respectivo órgão de lotação, aplicando-se-lhe, se for o caso, as penalidades previstas na lei estatutária, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 6º - O Poder Público disponibilizará cópias desta lei para que sejam afixadas nos estabelecimentos e em locais de fácil leitura pelo público em geral.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nºs 333/2003 E 355/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 333/2003 de autoria da Deputada Elza Correia, estabelece penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da orientação sexual e o Projeto de Lei nº 355/2003, de autoria do Deputado Marcos Isfer, estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em razão da sua orientação sexual.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou um Substitutivo Geral aos referidos projetos, tendo em vista que cabe à União, impor penalidades aos cidadãos em virtude de sua conduta, restando ao Estado somente a possibilidade de criar penalidades para seus servidores. Mantendo a punição aos estabelecimentos privados e aos detentores de função pública, civil ou militar.

Fundamentação

A Constituição Federal em seu artigo 3º ao estabelecer os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, enumera em seu inciso IV, a proibição de qualquer preconceito em razão de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Garantindo em seu artigo 5º a igualdade de todos perante a lei.

A orientação sexual é o direito e garantia fundamental de liberdade de escolha, edificados no princípio da preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem da pessoa (artigo 5º, inciso X, da Constituição).

Desse modo tem-se como parte indissociável dos direitos inerentes a toda e qualquer pessoa humana, o direito à vida, à liberdade e o de não ser arbitrariamente punido pela sua origem, raça, credo, cor, orientação política e sexual.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe em seu artigo 1º, que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Proibindo qualquer tipo de discriminação conforme estabelece o artigo 2º “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

O artigo 2º da Declaração apregoa que todos os seres humanos estão aptos a exercer os seus direitos sem distinção de nenhum tipo ou gênero, seja por raça, cor, sexo, língua, orientação política, ou origem social.

O Programa Estadual do Conselho Permanente de Direitos Humanos, em seu Capítulo IV, coloca entre suas metas prioritárias o combate à discriminação em razão do gênero e sexualidade.

Diversos Estados e municípios já aprovaram leis no mesmo sentido, entre eles podemos destacar os Estados do Rio de Janeiro (Lei nº 3.406/2000), Estado de São Paulo (Lei nº 10.948/2001) e Distrito Federal (Lei nº 2.615/2000). No Paraná destaca-se o município de Londrina que aprovou a Lei nº 8.812/2002.

Conclusão

Diante de todo o exposto, e por entender que a defesa dos direitos humanos não tem barreiras geográficas, sexuais ou raciais, entendemos que a sociedade não pode continuar permitindo que as pessoas sejam discriminadas por sua orientação sexual. Sendo assim, a Comissão de Direitos Humanos apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei na forma do substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10.11.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 333 E 355/2003

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projetos de Lei nº 333 e 355/2003 de iniciativa dos Deputados estaduais Elza Correia e Marcos Isfer, têm por escopo dispor sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se, em acurada análise do mérito depreende-se a preocupação contra atos discriminatórios das pessoas em virtude de sua orientação sexual em suas relações de trabalho, consumo, locação, compra e venda, hospedagem, etc. Vale dizer, que busca evitar atos atentatórios dos direitos das pessoas com relação as formas de discriminação.

Foi apresentado junto à Comissão de Direitos Humanos parecer favorável protestando pelo rompimento de qualquer forma de discriminação da mesma forma

junto à Comissão de Constituição e Justiça foi devidamente aprovado, contudo com apresentação de substitutivo geral apresentado pelo Relator José Maria Ferreira, onde se apura que o sujeito ativo da discriminação acaba sendo estabelecimentos privados com ou sem fins lucrativos, e os detentores de função pública, civil ou militar, que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual, estabelecendo as formas discriminatórias bem como as penalidades aplicáveis.

Ocorre que somente pode ser sujeito ativo de crime pessoa física, não sendo possível responsabilizar pessoa jurídica por crimes cometidos, mesmo porque esta não comete delitos, os crimes são realizados por funcionários, sócios, gerentes, os quais efetivamente devem ser punidos, salienta-se que a doutrina sobre tal assunto conclui, acertadamente, que dito encargo não pode ser substituído por uma pessoa jurídica, desprovida de capacidade jurídico-penal, ademais no campo penal, cada diretor, funcionário, gerente, responde pela própria conduta, e somente por ela. Diante de um episódio delituoso, o juiz deverá analisar quais funcionários participaram do fato criminoso.

Muito embora o projeto de lei em análise tenha sido revestido de outra roupagem, tentando deixar a responsabilidade para o estabelecimento que cometer o ato discriminatório, contudo, se atos discriminatórios são fatos que, via de regra, geram punições criminais, pois entende a legislação vigente federal tratar-se de crime, não se é possível transferir a responsabilidade penal para a pessoa jurídica, ainda que as punições a que se pretendem tenham cunho administrativo e/ou pecuniários.

Em última análise, muito embora tenha se buscado com o substitutivo geral tentar-se a aprovação a fim de resguardar a idéia inicial de coibir as práticas que discriminem pessoas em razão de sua orientação sexual, acabou-se por recair na impossibilidade de prosseguimento do projeto, por tratar novamente de matéria penal, e por conseguinte, transferir a responsabilidade penal para o estabelecimento comercial, novamente inviabilizando a pretensão.

Em matéria Constitucional Federal ocorre que o presente projeto de lei não tem como prosperar visto que o conteúdo do artigo 22 C.F. a saber:

“Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, **penal**, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;” (grifo nosso).

Desta forma, a competência para legislar sobre matéria penal é privativa da União, não cabendo por parte do legislador estadual a pretensão legislativa sobre tal assunto.

Da Conclusão

Contudo, em análise técnica jurídica depreende-se do projeto de lei em epígrafe, a inconstitucionalidade quanto à matéria, conforme artigo 22 inciso I da Constituição Federal, desse modo sendo o voto do relator submetido à apreciação dos nobres colegas Parlamentares

pela rejeição do Projeto de Lei nº 333 e 355/2003, apresentando parecer desfavorável.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o projeto, da Deputada Elza Correia, queiram levantar-se.

Os Deputados que rejeitam, queriam levantar-se.

Vinte e oito (28) rejeitam.

Está **rejeitado** o projeto.

Está arquivado o projeto.

Registramos o voto que o Deputado Dobrandino absteve.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Presidente, eu sou contra, na verdade, a esse projeto, mas em função de que a Deputada Elza Correia está ausente para defender o projeto de sua autoria de sua autoria, eu me abstenho de votar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a abstenção de V. Exa.

Requerimento nº 1252, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 02 e 03 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos o restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná, a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 218/2004

Curitiba, 22 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 254/2004, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 205/2005 por julgá-lo contrário ao interesse pública, em razão dos motivos adiantes expostos.

Objetiva o autógrafo obrigar a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná, a instalar equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial.

A negativa da sanção ao projeto de lei em causa decorre de pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, ambos contrários à adoção de medida, tendo a SANEPAR, em sua manifestação, asseverado que:

“O projeto em questão não pode prosperar pelos seguintes motivos:

1. O consumidor não é lesado pelo problema de ar na rede como justifica o nobre Deputado, isto em virtude de que o problema não existe;

2. Nos locais onde poderia ocorrer problema, a SANEPAR já dispõe de macroválvulas (ventosas instaladas na rede de distribuição, as quais expõem eventuais bolsões de ar formados na rede de abastecimento, evitando prejuízos para o consumidor;

3. A obrigatoriedade da existência de ventosas na rede de distribuição já está fixada em norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas, pelo que não há necessidade da providência pretendida pelo nobre Deputado, vez que todas as redes de abastecimento já possuem ventosas, em especial nos locais propensos aos problemas elencados no item 1 supra;

4. Órgão que regulamenta a instalação de aparelhos e instrumentos na rede pública de abastecimento é a ABNT e não o INMETRO que, aliás, jamais aprovou aparelho eliminador de ar que se pretende colocar em cavaletes. Para tanto, basta verificar nos laudos apresentados pelas empresas que comercializam o referido aparelho, onde consta a seguinte observação:

“Não é permitido para o caso, identificação ou utilização do nome ou logomarca do INMETRO.

Os resultados deste Relatório de Exame, referem-se exclusivamente ao dispositivo acima caracterizado, não sendo extensivo a quaisquer outros, mesmo que similares. Este relatório somente pode ser reproduzido em sua forma integral e com aprovação desta DMER2/DIMEL”.

5. O INMETRO também não se posicionou acerca da influência deste aparelho no trabalho do medidor, bem como não houve teste de campo com o aparelho, fato que não afasta a possibilidade de estarem sendo criados milhões de pontos de contaminação da rede pública e abastecimento (exposição da válvula a ação de vândalos, animais, insetos, ferrugem etc.);

6. Este risco de contaminação levou o Ministério da Saúde a emitir parecer contrário à instalação de aparelhos eliminadores de ar em pé de cavalete.

7. Além do risco de contaminação, a instalação dos referidos aparelhos, quando testada, não ofereceu qualquer redução de consumo, fato que afasta de vez a necessidade de se expor à população a mais este risco.

8. Projeto de lei em questão também interfere nos Contratos de Concessão celebrados com cada um dos Municípios onde a SANEPAR presta seus serviços, vez que prevê uma obrigação imprevista na planilha tarifária, a qual acarretará num custo imprevisto para a Concessionária (instalação de eliminadores de ar nas ligações). Tal imprevisão provoca o desequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos atualmente em vigência, em evidente ofensa ao Ato Jurídico Perfeito e ao Direito Adquirido da Concessionária, assim como do interesse local dos Municípios, amparado pelo artigo 30 da Constituição Federal;

9. Custo adicional pela inócua e arriscada instalação dos eliminadores de ar pretendida no projeto de lei certamente será repassado para a tarifa e, conseqüentemente, acarretará em prejuízo para os usuários que não têm interesse no eliminador de ar em seus imóveis, numa evidente ofensa ao princípio da isonomia assim como da economia pública;

10. A autorização para que terceiros comercializem o equipamento previsto no artigo 5º do projeto de lei, além de ferir o limite público fixado pelos Contratos de Concessão firmados pela SANEPAR (determina a exclusividade da SANEPAR para executar na rede pública que vai até o cavalete - incluído hidrômetro e torneira), também expõe a rede pública à ação de empresas sem nenhum preparo para manejar redes de abastecimento e até sabotagens. Ademais, o projeto não fixa de quem é a responsabilidade pela manutenção de equipamentos alienígenas que venham a ser instalados na rede pública que atualmente é muito bem operada pela concessionária SANEPAR;

11. Poder Judiciário paranaense já tem se pronunciado contra a instalação destes aparelhos que são fruto do lobby das empresas que fabricam sem nenhum comprometimento com a prestação do serviço público de saneamento, como é o caso da SANEPAR.

Do acima exposto, conclui-se que não há necessidade da instalação de eliminadores de ar na forma pretendida no Projeto de Lei, isto sem falar nas ilegalidades, desequilíbrios e notório risco para a saúde pública que ele representa.

Por todos os motivos acima elencados, bem como pelas razões técnicas contidas nos pareceres comerciais em anexo, requer a não aprovação do referido Projeto.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os

meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 205/2004 encontra-se publicado no DA nº 102/2004, de 16.11.2004, em “Item 01 - Redação Final”).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 02/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, objeto de veto do Governador, visa obrigar a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná instalar equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal e regimental, portanto, de acordo com a legalidade e constitucionalidade.

Sendo assim, somos favorável ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 067/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a utilização do Gás Natural Veicular (GNV) no transporte público estadual. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 027/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 345/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 067/2004 por julgá-lo contrário ao interesse pública, em razão dos motivos adiantes expostos.

Dispõe o autógrafo que os ônibus utilizados no transporte público intermunicipal do Estado do Paraná deverão utilizar como combustível o gás natural (GNV), estabelecendo prazos para conversão da frota.

O Projeto de lei em causa não foi acolhido em face de pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes, a cuja Pasta o assunto pertinente a transporte coletivo está afeto, demonstrando que a medida é contrária aos superiores interesses públicos e totalmente desprovida de condições para plena e tranqüila exeqüibilidade. É que

não há, atualmente, no Estado do Paraná e, certamente, em nenhuma outra unidade da federação, conhecimento técnico, disponível a ponto de, com clareza, demonstrar aspectos fundamentais para implantação da medida, tais como possível impacto de custos sobre as tarifas; locais onde existem postos para abastecimento; maneira de implementar tal obrigatoriedade em uma frota de aproximadamente 4.000 veículos, muitos dos quais não adstritos a uma só linha entre aquelas que abrangem todo o território paranaense.

Por fim, vale ressaltar que o veto apostado não impede que o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, proceda estudos com vistas analisar a mais profundamente o assunto.

Esses os motivos que me levaram a vetar os projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 067/2005 encontra-se publicado no DA nº 130/2004, de 14.12.2004, em “item 05 - Redação Final”).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 26/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 67/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, objeto de veto do Governador, que dispõe sobre a utilização do gás natural veicular (GNV) no transporte público estadual.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade, verificamos que o veto foi apostado dentro do prazo legal e regimental.

Ademais as vantagens da utilização do GNV (Gás Natural Veicular), não se restringem às ecológicas e financeiras, ressaltando o prazo hábil para adequação das empresas de ônibus.

Sendo assim, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 305/2004, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a isenção da cobrança de taxa na emissão do boletim de ocorrência em caso de acidentes de trânsito, com vítimas para instrução de pedido de Auxílio-Doença perante o INSS, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 031/2005

Curitiba, 24 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 349/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 305/2004, por considerá-lo inconstitucional, tendo em vista que, em razão do impacto da pretendida isenção sobre a receita pública fere o artigo 133 e seguintes da mesma Carta.

Esses os motivos que me levaram a vetar os projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 305/2004 encontra-se publicado no DA nº 070/2004, de 16.08.2004, em “Item 05 - Redação Final”).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 032/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 305/2004, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispõe sobre a isenção da cobrança de taxa de emissão de Boletim de Ocorrência em caso de acidentes de trânsito com vítimas para instrução de pedido de Auxílio-Doença perante o INSS, foi objeto de Veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Srs. Deputados, quero encarecer às diferentes Bancadas, que votem contrariamente ao veto do Sr. Governador.

O meu projeto, aprovado por esta Casa, dispõe sobre a isenção de cobrança de taxa na emissão do Boletim de Ocorrência em caso de acidentes de trânsito, com vítimas para instrução de pedido de auxílio-doença. Acidente de trânsito com vítima.

No caso do pedido de auxílio-doença, eu vi na Rede Globo de Televisão um aleijado por acidente, impossibilitado de pagar a taxa de DETRAN. Esse miserável que tinha sido atingido pela violência do trânsito, ainda tinha que pagar R\$180,00 para conseguir o auxílio-doença. Quer dizer, será de extrema injustiça para a

Assembléia, para a consciência humanitária da Assembléia, votar contra este projeto.

Não há tantos acidentes de trânsito com vítimas que vão recorrer ao auxílio-doença a ponto de quebrar o DETRAN. Não cabe a argumentação de carência de arrecadação! Isto se trata de um ato de humanidade. Humanidade com quem é ferido no trânsito e precisa do Boletim de Ocorrência para que o governo ateste que o acidente ocorreu, para a pessoa pedir o auxílio-doença.

Ora! Ninguém consegue o auxílio-doença se não tiver o Boletim de Ocorrência de Trânsito! Agora, o DETRAN cobra! Cobra para dar o atestado de que a pessoa foi ferida por deficiência do sistema de trânsito, dos radares eletrônicos, das multas “safadas” da indústria da multa, que não resolve o problema da criminalidade no trânsito.

Apelo para a consciência humanitária dos Deputados!

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Carlos Simões)**
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Solicito aos Deputados Francisco Bühler e Artagnão Júnior para serem escrutinadores.

Pela manutenção do veto, dezoito Deputados votaram; e pela derrubada do veto, doze.

Estão mantidos os vetos.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 035/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 301/2003, e autoria do Deputado José Maria, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, na forma que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 033/2005

Curitiba, 24 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 379/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 301/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre processamento de solicitações para criação de cursos de graduação na área de saúde, atribui competência ao Conselho Estadual de Educação, faz conexão da matéria ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho de Saúde e estabelece equivocada linha de vinculação, pela visível subordinação por anuência prévia dos órgãos representativos das áreas profissionais de saúde, como condição para tomada de decisões dos colegiados públicos citados.

Pelo acima descrito, observa-se que a medida, tal como está posta, não apresenta as necessárias condições de exequibilidade, eis que estabelece relacionamento difuso e muito complexo entre órgãos do Estado e da União com entidades classistas.

Por outro lado, como principal motivação do veto ora apostado, aponta-se a indiscutível inconstitucionalidade do projeto de lei em causa, porque, não tendo sido proposto pelo Chefe do Poder Executivo, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que define competência privativa para início do processo legislativo de leis que disponham sobre as atribuições de Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 301/2003 encontra-se publicado no DA nº 134/2004, de 15/12/2004, em “Item 01 - Redação Final”).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 035/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos do parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 1254, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Fica portanto, retirada da Ordem do Dia a Proposição nº 035/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 301/2003.

Redação Final

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 543/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que altera a Lei nº 8852, de 27 de julho de 1988, que proíbe fumar em recintos fechados e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 543/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido fumar nos recintos e edificações abaixo relacionados:

I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

II - cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de aula públicas e particulares, salas de conferências e de convenções;

III - elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais;

IV - veículos de transporte coletivo intermunicipal e ambulâncias.

Parágrafo Único. Entende-se por recinto coletivo o local fechado, destinado a permanente utilização por várias pessoas. São excluídos deste conceito, os locais abertos ou ao ar livre, ainda que cercados ou de qualquer forma delimitados em seus contornos.

Art. 2º Nos estabelecimentos acima mencionados poderá ser permitido fumar em área destinada a este fim, adequadamente isolada e com arejamento suficiente.

Parágrafo Único. Entende-se por área adequadamente isolada aquela que no recinto coletivo for destinada aos fumantes, separada da destinada aos não-fumantes, por qualquer meio ou recurso eficiente que não permita a transição da fumaça.

Art. 3º Em todos os estabelecimentos deverão ser colocados cartazes ou avisos com os dizeres “PROIBIDO FUMAR”, com menção à presente lei, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos locais públicos onde for comum a presença de estrangeiros e analfabetos.

Parágrafo Único. Em recinto com área superior a 50m2 (cinquenta metros quadrados) os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de 1 (um) para cada 50m2 (cinquenta metros quadrados), ou fração excedente.

Art. 4º A efetivação da proibição e a colocação dos cartazes ou aviso mencionados no artigo 3º desta lei deverão ser feitas no prazo de 90 (noventa) dias da sua vigência.

Art. 5º Fica proibida a comercialização de fumo ou tabaco em órgãos públicos e estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei e suas penalidades no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Lei nº 8852, de 27 de julho de 1998.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(a) CESAR SELEME
Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 040/2005, de autoria dos Deputados Natálio Stica e Hermas Brandão, qwue dispõe sobre a cassação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, do estabelecimento que comercializar, na forma específica, combustíveis em desacordo com o órgão regulador competente (combustível adulterado), conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI NºS 040/2005 E 074/2005

Art. 1º A concessão de inscrição no CAD/ICMS para a atividade econômica de importação ou distribuição, inclusive transportador-revendedor-retalhista - TRR, de combustíveis automotivos derivados ou não de petróleo, além de observadas as demais disposições regulamentares, ficará condicionada à comprovação:

I - do preenchimento dos requisitos determinados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, para a atividade em que se enquadrar o contribuinte;

II - da integralização do capital social;

III - da capacidade financeira dos integrantes e dos representantes legais, mediante a apresentação de cópia da declaração do imposto de renda dos últimos três anos e respectivos recibos de entrega;

IV - da propriedade do imóvel onde se encontra localizado o estabelecimento, ou do contrato de locação, com firma reconhecida;

V - da autorização de operação em instalações próprias, ou contratos de cessão ou locação de espaço em instalações de terceiros autorizadas na ANP, devidamente registrados em cartório;

VI - da regularidade fiscal perante os fiscos estaduais e federal da empresa, matriz e filiais;

VII - das atividades exercidas pelos integrantes e representantes legais da empresa nos últimos 24 meses, mediante apresentação, além de outros documentos, da Carteira de Trabalho e Previdência Social, do contrato de autônomo ou do contrato social em que figure como sócio-gerente.

Parágrafo Único. As exigências deste artigo também deverão ser atendidas na comunicação de alteração de qualquer atividade para aquelas previstas neste dispositivo e na alteração do quadro societário.

Art. 2º A inscrição não será concedida se verificado, mediante consulta ao Ministério Público, que qualquer um dos integrantes ou responsáveis legais da empresa tenha sido condenado por crime contra a ordem tributária, ou se participar de empresa que possua débitos inscritos em dívida ativa, sem que a exigibilidade esteja suspensa, em valor superior ao seu capital social.

Parágrafo Único. A disposição contida no *caput* não se aplica à hipótese em que ficar comprovada a quitação dos débitos que deram causa à condenação.

Art. 3º Será cancelada a inscrição do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Parágrafo Único. A desconformidade deverá ser comprovada por meio de laudo elaborado pela ANP ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.

Art. 4º Acarretará, ainda, o cancelamento da inscrição no CAD/ICMS:

I - o cancelamento ou a suspensão do registro ou da autorização para o exercício da atividade do estabelecimento pela ANP;

II - a existência de débitos inscritos em dívida ativa, sem exigibilidade suspensa, em valor superior ao capital social;

III - a certificação do rompimento do lacre fixado em bombas de combustível para fins de controle fiscal em desconformidade com a legislação tributária, ou da ocorrência de fraude no totalizador de volumes da bomba de combustível;

IV - a apreensão de notas fiscais que estejam sendo utilizadas em local diverso do estabelecimento, sem autorização da Coordenação da Receita do Estado.

Art. 5º O cancelamento da inscrição no CAD/ICMS inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestata-

dual e intermunicipal e de comunicação, e implicará:

I - no cancelamento da inscrição no CAD/ICMS dos demais estabelecimentos da empresa;

II - quanto aos integrantes ou representantes legais do estabelecimento penalizado:

a) no impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, ainda que como administradores;

b) na proibição de concessão da inscrição no CAD/ICMS para nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

§ 1º Para efeitos desta lei, consideram-se, também, representantes legais da empresa o preposto ou mandatário, ainda que temporariamente ou a qualquer título.

§ 2º Consideram-se também representantes legais sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente, do estabelecimento penalizado.

§ 3º As restrições previstas neste artigo prevalecem pelo prazo de cinco anos contados da data do cancelamento, nas situações do artigo 3º.

Art. 6º Será obrigatória a afixação, no estabelecimento revendedor, de placa identificatória da empresa distribuidora de combustível, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, em local de fácil visibilidade, assim como do agente fiscalizador responsável pela averiguação da qualidade do combustível comercializado.

Art. 7º As disposições desta lei aplicar-se-ão aos supermercados e afins que tenham como atividade adicional a revenda de combustíveis e demais derivados de petróleo, conforme definida na legislação federal.

Art. 8º O Poder Executivo divulgará através do Diário do Estado do Paraná a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa jurídica e endereço de funcionamento.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias, observando, nas hipóteses de cancelamento, o atendimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Pessoa Idosa, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2005, de autoria da Comissão Executiva, que insere inciso XIII no parágrafo 1º do artigo 33 da Resolução 01/2005, que versa sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido inciso XIII no parágrafo 1º do artigo 33, da Resolução nº 01/2005, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia do Estado, com a seguinte redação:

“Art. 33. ...

§ 1º ...

XIII - formalizar, através de Ato da Comissão Executiva, os procedimentos previstos nos incisos II, III, IV e XI e outros pertinentes à administração interna da Assembléia Legislativa.”

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.05.2005.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Discussão Única (Indicação)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 017/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que propõe obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga Mato Rico a Roncador. (Publ. no DA nº 035/2005, de 02/05/2005).

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1249, de autoria do

Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1253, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Ordem do Dia da próxima Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 024 e 025/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 651/2003; 011, 017, 148, 169, 172 e 193/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 015 e 016/2005.

Levanta-se a sessão.

